



A CONVERSAÇÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA AUTISTA: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE

JULIANA DUARTE DA COSTA COELHO

NANCI MIYO MITSUMORI

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO: Este artigo traz os resultados parciais de uma pesquisa sobre as possibilidades de articulação entre Psicanálise e Inclusão Escolar, que vem sendo realizada por membros do NUPEPE – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação, da Universidade Tiradentes/ CNPq, cujo objetivo geral é pensar as possíveis contribuições que pode dar a psicanálise às reflexões sobre a inclusão escolar das pessoas com autismo. O presente trabalho, de cunho bibliográfico, apresenta a prática da conversação, tal como proposta pelo Cien – Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança, como uma boa alternativa nesse sentido, na medida em que um princípio importante da conversação é deixar um espaço vazio, para que o próprio sujeito possa aí advir.

Introdução

Este artigo traz os resultados parciais de uma pesquisa sobre as possibilidades de articulação entre Psicanálise e Inclusão Escolar, que vem sendo realizada por membros do NUPEPE – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação, da Universidade Tiradentes/CNPq, cujo objetivo geral é pensar as possíveis contribuições que pode dar a psicanálise às reflexões sobre a inclusão escolar das pessoas com autismo. O presente trabalho, de cunho bibliográfico, apresenta a prática da conversação, tal como proposta pelo Cien – Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança, como uma alternativa possível nesse sentido.

Inicialmente, apresentamos brevemente algumas discussões sobre a caracterização do autismo. Em seguida, levantamos alguns dos princípios da conversação no Cien, para refletir em que medida essa prática pode contribuir para o campo da inclusão escolar da pessoa autista.

1 – O autismo

Quando se ouve a palavra autismo, logo vem à mente a imagem de uma criança isolada em seu próprio mundo, alheia a tudo e a todos, que brinca de forma estranha e balança o corpo para lá e para cá.

Apesar da grande controvérsia que existe em relação à caracterização do autismo, parece haver certo consenso de que se trata de um quadro que leva a um comprometimento, sobretudo, da interação da pessoa com o mundo.

A palavra autismo é de origem grega, sendo que “autos” significa “de si mesmo”. O termo foi introduzido em 1911 por Eugen Bleuler para se referir ao sintoma da esquizofrenia, sendo uma fuga da realidade, que consiste na limitação de relação com o mundo externo.

No século XIX, Leo Kanner descreveu o autismo e mudou o quadro de sintoma para síndrome. Depois, Asperger acrescentou que o autismo era resultado de uma relação entre fatores biológicos, genéticos e ambientais. A grande contribuição desses autores, segundo Grinker (appud FLEISCHER, 2015) não foi terem descoberto, mas sim descrito o autismo, pois afinal este não era um distúrbio novo.

Para o DSM IV o autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos três anos de

idade e se prolonga por toda a vida. Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação, comportamento e, dentre elas, a mais comprometida é a interação social.

A nova revisão do DSM V inclui uma definição diferente de autismo. Para ser diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o indivíduo deve ter apresentado sintomas que começam na infância precocemente e devem comprometer a capacidade do indivíduo em função da sua vida e do dia a dia.

E em relação à escolarização dessas crianças, o que se pode dizer? Com o paradigma da inclusão, que vigora no mundo de hoje, essa passou a ser uma questão importante. É preciso pensar se a inclusão escolar é sempre benéfica.

Alguns autores, na contramão do “politicamente correto”, tem afirmado que não, que nem sempre a inserção da criança autista nas classes regulares de ensino traz bons resultados. Levin (2005), por exemplo, afirma que essa inclusão, se forçada ou realizada sem o devido preparo, corre o risco de se tornar um grande fracasso, causando uma desestruturação não somente na pessoa autista, mas em todos na instituição.

Isso não significa que esse autor seja contrário a toda e qualquer forma de inclusão escolar. Ao contrário, ele defende que esse processo, quando bem conduzido e realizado em um bom momento, pode ser estruturante para o sujeito. E o que define quando é o bom momento é a análise de cada caso em particular, “o histórico singular e familiar”. (LEVIN, 2005, p.23)

Esse é um posicionamento importante, a ser levado em conta nos dias atuais, pois segundo Cohen (2006, p.20), com o advento da modernidade e dos modos de produção capitalista e da globalização, uma nova lógica se introduz na educação: a lógica do universal, do “todos iguais”, que, se por um lado representa o ideal democrático, por outro lado representa também uma temível face da segregação.

Essa “escola para todos”, que no fundo visa a uma homogeneização dos alunos, gera mais segregação. Uma segregação que se dá cada vez mais dentro das próprias escolas.

O tratamento tradicional de expulsão sofre modificações, começa a generalizar-se a exclusão no interior dos dispositivos, sob diferentes formas de controle: alunos que permanecem no interior do sistema educativo em condições de analfabetos funcionais, gerando altos graus de violência e uma perda absoluta da autoridade dos professores [...]. A contenção passa ao primeiro plano como ocupação de um tempo esvaziado, espaço abandonado ao gozo que tolera a perda do desejo em nome de não se sabe que ‘direitos’. (AROMÍ, NUÑEZ; TIZIO, 1999:79)

Conforme Tezzari e Baptista (2002), citado por Camargo e Bosa (2009), a possibilidade de inclusão de crianças deficientes lamentavelmente ainda está associada àquelas que não implicam uma forte reestruturação e adaptação da escola. A literatura tem demonstrado que isso se deve, em grande parte, à falta de preparo de escolas e professores para atender à demanda da inclusão.

A inclusão necessita que a escola faça modificações em sua estrutura e que os professores façam ajustes em sua prática, no sentido de adotar estratégias que atendam as necessidades desses alunos.

2 – A conversação: uma contribuição da psicanálise à inclusão escolar

De que maneira a psicanálise pode contribuir nessa discussão?

É tarefa dos analistas fazer falar os impasses da civilização e, no ponto em que vigora a fórmula “para todos”, realizar a subversão necessária, para dar lugar à solução de cada um. (BRISSET, 2013 p.12)

A *conversação*, tal como proposta pelo Cien – Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança apresenta-se como uma boa alternativa nesse sentido.

O Cien é uma rede internacional de pesquisas criada em 1996 pelo Campo Freudiano com o propósito de ampliar a interlocução da psicanálise com outros discursos que incidem sobre a infância e a adolescência. E a conversação é o dispositivo dos *laboratórios* que se constituem sob a sua rubrica: a proposta é ir às instituições onde o mal-estar contemporâneo se apresenta (entre elas, a escola) e fazer a oferta de um espaço em que os sujeitos possam falar, apostando que pelas brechas abertas pelas palavras “possa emergir a potência inventiva e subversiva que advém do mais singular de cada um”. (idem, p.13)

Certamente, a proposta do Cien não é a promoção de um trabalho de cunho psicoterápico, tal como pode parecer a uma primeira aproximação. Não se trata, em seus laboratórios, de fazer falar para buscar o alívio aos sofrimentos humanos, nem tampouco para promover uma melhor adaptação ao mundo, a *cura*, e atender a um ideal normatizador, transformando, por exemplo, o “aluno endiabrado” em um “anjo de candura”. A proposta do Cien não é abafar o mal-estar na civilização, tamponar as desordens. Muito pelo contrário. Se é justamente nessas desordens que se encontra a resposta singular que uma criança pode dar diante do esmagamento promovido pelas normas e etiquetas universais e universalizantes; se é através dessas desordens que ela pode marcar sua posição de sujeito, trata-se então

de acolhê-las, escutá-las, apostando que a partir daí as crianças possam se orientar para onde o seu desejo as conduz. Conforme explica Brisset na apresentação do livro *Crianças falam! E têm o que dizer*, a conversação é “um dispositivo em condições de abrir intervalos para se respirar [...] e fazer falar as desordens, dificuldades e urgências trazidas por crianças e jovens, mediante atos e sintomas [...], criando brechas para soluções singulares das crianças exatamente onde governam os significantes universais”. (BRISSET, 2013, p.13) E diz ainda a autora que “Ao dar lugar a esse elemento fora da ordem, o impasse revela-se, localizando o que de perturbador escapa da montagem discursiva das instituições, trazendo à cena o que foi ‘jogado para debaixo do tapete’”. (idem, p.15)

As experiências do Cien no Brasil, registradas nesse livro de título tão sugestivo, *Crianças falam! E têm o que dizer*, e também no *Cien-Digital[1]*, blog do Cien-Brasil, evidenciam que as conversações podem, efetivamente, fazer o resgate da criança-sujeito na escola de hoje, tão imbuída de sua missão homogeneizadora. Através dessas experiências, é possível constatar que uma das consequências importantes que muitas vezes essas conversações conseguem promover é fazer vacilar as etiquetas *prêt-à-porter* com as quais as crianças e jovens vêm identificados, mostrando que as respostas da patologia são insuficientes.

Tomaremos, para ilustrar, uma experiência do laboratório “Conversando com a Educação”, de Pernambuco, que tem como foco a inclusão escolar de crianças e jovens autistas ou psicóticos. No texto “Quando a *Conversação* desfaz etiquetas”, (VASCONCELOS, 2013) é relatado o caso de Jorge, um menino que, em um momento de mudança de escola, recebe o diagnóstico de autista. Logo no primeiro mês de aula, seu analista é chamado, em função do comportamento agressivo do aluno, que dirigia insultos à diretora, não obedecia a ordens e fazia ameaças de matar alguém. Apesar de não ter havido nenhuma ocorrência mais séria, nenhum ato violento por parte de Jorge, e apesar de suas ameaças não se dirigirem a ninguém em específico, os profissionais da escola ficavam esperando pelo pior, convencidos de que o aluno poderia ferir alguém, na medida em que haviam aprendido em seus manuais que a agressividade é um traço característico do quadro de autismo.

Seu analista, membro do laboratório do Cien, propõe a realização da conversação na escola. Em uma sala reuniram-se os profissionais da escola que trabalham com Jorge, a sua turma e ele próprio. Logo de início, uma menina pergunta: “Por que Jorge é tão agressivo?” A resposta de uma das responsáveis pela condução da conversação consiste em outro questionamento: “Vocês acham mesmo que Jorge é agressivo?” Vários alunos começam a falar ao mesmo tempo, para reafirmar a agressividade de Jorge, gerando um barulho muito grande, um tumulto, até que um menino, no fundo da sala, ergue a mão pedindo a palavra. É um aluno novo, tal como Jorge, que fala do comportamento da turma: diz que alguns “zoam dele”, “tiram onda”, mandam-no fazer coisas erradas. E complementa: “É muito difícil chegar em uma escola, onde não se conhece ninguém”.

Sua fala provoca um deslizamento significativo no discurso formado. Após um tempo de silêncio, os meninos começam a falar dos alunos de outra sala, que também provocam Jorge, “tiram onda pra cima dele”. Alguns então olham para ele, e começam a destacar sua grande capacidade de aprender Inglês e Matemática. Como afirma Vasconcelos, autora desse relato:

A *Conversação* abre espaço para fazer emergir outro Jorge, até então oculto sob a etiqueta de déficit autístico, a que ele não deixou de reagir. [...] O aluno etiquetado com o diagnóstico de autismo é provocado como o doido da escola e reage a isso, reforçando ainda mais, por sua própria reação, uma característica que se acopla à etiqueta de autista – a de “agressivo” –, pela qual passa a ser identificado. [...] A *Conversação* mostra-se, nesse caso, um instrumento que possibilita a dissolução de uma identificação indesejada e segregacionista – autista agressivo –, ao mesmo tempo que permite a emergência de características ou identificações favoráveis ao laço social no campo do Outro da Educação – destaque em Inglês e Matemática. (VASCONCELOS, 2013, p.115)

Neste ponto, é importante ressaltar que esse efeito só foi possibilitado porque, ao contrário do discurso do mestre, que faz calar porque insufla de sentido as manifestações dos sujeitos, nessa conversação, tal como se busca em todas as conversações que se pratica no Cien, colocou-se em primeiro plano o vazio de sentido, o ponto em que os sentidos não recobrem a totalidade do que se pretende captar. É somente a abertura para esse ponto de real que possibilita o surgimento da surpresa, do novo. E é essa a grande contribuição que pode dar a psicanálise à inclusão escolar das crianças autistas: deixar um espaço vazio para que o próprio possa aí emergir.

Considerações finais

Apresentado, hoje, na forma de espectro, o autismo abrange muitas características. É visível a banalização de tal diagnóstico. O saber ou o não saber, seja da criança ou do professor, pode gerar situações de impasses, que desorganizam as relações com a escola e a criança.

É possível dinamizar esses impasses. Trabalhar de maneira interdisciplinar entre a psicanálise e a educação permite a

construção de um lugar de escuta, de acolhimento das demandas da educação todas as vezes que esses impasses surgirem.

O NUPEPE – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação, da Universidade Tiradentes/ CNPq tem o objetivo de levar a prática da conversação, tal como proposta pelo Cien – Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança, para as escolas de Sergipe como uma boa alternativa para educadores entenderem que as soluções dos impasses trazidos pelo sujeito e seu sintoma é sempre tomada caso a caso, na medida em que um princípio importante da conversação é deixar um espaço vazio, para que o próprio sujeito possa aí advir.

Referências Bibliográficas

- AROMÍ, A.; NÚÑEZ, V.; TIZIO, H. Tratamiento de la diversidad, ¿tratamiento de la segregación? *El Niño*. Revista del Instituto del Campo Freudiano. Barcelona: Prodisa, n.6, 77-82, 1999.
- BRISSET, F.O. Crianças falam! E têm o que dizer. BRISSET, Fernanda Otoni; SANTIAGO, Ana Lydia; MILLER, Judith (orgs.). *Crianças falam! E têm o que dizer: experiências do Cien no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Scriptum, 2013. pp.11-19.
- BRISSET, Fernanda Otoni; SANTIAGO, Ana Lydia; MILLER, Judith (orgs.). *Crianças falam! E têm o que dizer: experiências do Cien no Brasil*. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.
- CAMARGO, Sígla Pimentel Hörher & BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 junho. 2015.
- COHEN, Ruth Helena P. Laboratório Aleph: Psicanálise e Educação. MG, n.03, p.13-14, març. 2008.
- GRINKER, Roy Richard. Autismo: um mundo obscuro e conturbado. Tradução de Catharina Ribeiro. Resenha de: FLEICHER, Soraya. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 junho. 2015.
- LEVIN, Esteban. Clínica e educação com as crianças do outro espelho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- VASCONCELOS, Anamaria. Quando a *Conversação* desfaz etiquetas. BRISSET, Fernanda Otoni; SANTIAGO, Ana Lydia; MILLER, Judith (orgs.). *Crianças falam! E têm o que dizer: experiências do Cien no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Scriptum, 2013. pp.113-116.

[1] O endereço para acesso ao blog *Cien-Digital* é: <http://cien-brasil.blogspot.com.br/p/cien-digital.html>

Juliana Duarte da Costa Coelho

Psicóloga, aluna de especialização em psicopedagogia pela Universidade Tiradentes – UNIT, Membro do NUPEPE – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação, da Unit/CNPq.. E-mail: jdcpsi@yahoo.com.br.

Nanci Miyo Mitsumori

Doutora e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Pedagoga graduada pela mesma instituição. Psicanalista. Líder do NUPEPE – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Educação, da Unit/CNPq. Professora do curso de Pedagogia da Unit – Universidade Tiradentes, de Aracaju-SE. E-mail: nanci.mitsumori@gmail.com.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 09/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: